

RESPOSTA A ALGUMAS OBJEÇÕES DE PROTESTANTES CONTRA A IGREJA CATÓLICA

A exegese católica da Sagrada Escritura de há muito desfez as investidas sempre reiteradas dos autodenominados “evangélicos” e de outras denominações protestantes.

Afonso de Souza

- Magistério infalível baseado na Bíblia e na Tradição
- “Livre exame” protestante: “cada cabeça, uma sentença”
- As objeções protestantes / A refutação católica

Quase 500 anos se passaram, desde que Lutero deu seu brado de revolta contra Roma, em 1517. Fruto de um espírito racionalista — vale dizer, desprovido de bom senso — a doutrina luterana constitui um conjunto de desvios que se traduzem num grande número de objeções à Igreja Católica. Evidentemente, quando formuladas pelos seus seguidores mais instruídos, são acompanhadas de argumentos teológicos que a Igreja refutou sobretudo no Concílio de Trento (1545-1563). Mas, dessas camadas mais instruídas, tais objeções vazam para as camadas mais populares, e se concretizam em formulações simples que o vulgo protestante vem matraqueando ao longo desses 500 anos.

São essas objeções mais vulgares que atingem os católicos simples, deixando-os às vezes impressionados e confusos. É, pois, uma obra útil para um bom número de leitores de Catolicismo mostrar como a Igreja desfaz essas objeções. Não se trata, portanto, de elaborar uma refutação cabal dos desvios teológicos protestantes, mas apenas de dotar o católico comum dos meios para se defender contra as importunações corriqueiras do público protestante, em geral incapaz, ele próprio, de compreender os sofismas teológicos profundos que estão por detrás dos erros que professam.

Essa obra será tanto mais útil na medida em que um número considerável de instituições católicas — paróquias, sobretudo — deixou, infelizmente, de proporcionar aos fiéis um ensinamento completo e coerente da doutrina da Santa Igreja, preferindo abordar os problemas ditos sociais. Com isso, muitos fiéis católicos ficam indefesos perante os adversários da Igreja, ao mesmo tempo que se sentem frustrados em sua busca por alimento espiritual.

Magistério infalível baseado na Bíblia e na Tradição



Nessa situação, ao serem abordados por integrantes de seitas protestantes, ou “evangélicas”, que lhes oferecem religião, são, em muitos casos, aliciados por essa promessa. Esta é uma das principais razões que vêm sendo apontadas para o crescimento das denominações protestantes no Brasil. Com isso, seus adeptos têm-se tornado cada vez mais ousados e persistentes em abordar os católicos a fim de os arrastar para suas falsas crenças religiosas.

A argumentação que apresentam é cheia de sofismas e regada a citações da Bíblia, as quais repetem à saciedade, sem penetrar seu sentido verdadeiro, não raro dando-lhes interpretações absurdas e mesmo incoerentes com outras passagens da Sagrada Escritura.

Nosso Senhor Jesus Cristo, ao fundar sua Igreja — Una, Santa, Católica e Apostólica — deixou-lhe a Revelação divina como base da Fé. Mas esta Revelação se exprime não apenas por escrito, a Bíblia — como dizem os protestantes — mas também pela transmissão oral: a Tradição. Grande número de ensinamentos que Nosso Senhor deu aos Apóstolos e Discípulos não foram então escritos, mas transmitidos oralmente de geração em geração. Aos poucos, ao longo de séculos, os chamados Padres e Doutores da Igreja foram escrevendo esses ensinamentos, quer para fixar a pregação, quer para refutar os hereges.

Ao adotar apenas a Bíblia como fonte da Verdade revelada, e negar a Tradição, os protestantes praticam uma amputação arbitrária que desfigura a Revelação.

“Livre exame” protestante: “cada cabeça, uma sentença”



Original da tradução alemã da Bíblia feita por Lutero. Ele excluiu dela alguns livros que contrariavam certos pontos de sua doutrina errônea.

Ademais, a própria Bíblia tem passagens de interpretação difícil, que só se esclarecem à luz da Tradição. Uma comparação pode elucidar o assunto. Quando um orador pronuncia um discurso de improviso, e depois esse discurso é passado por escrito, quem mais tarde o for ler, pode não entender certas passagens. Alguém que esteve presente e viu os gestos do orador, percebeu suas inflexões de voz, ouviu seus comentários anteriores e posteriores, pode estar em condições de elucidar certas passagens obscuras que a simples transcrição por escrito não permite resolver.

Foi por isso que Jesus Cristo dotou sua Igreja de um Magistério infalível, com a assistência do Divino Espírito Santo, mediante o qual temos a garantia de que a Igreja nos proporciona uma interpretação autêntica da Revelação, quer a escrita, quer a oral.

Esse Magistério se tem exercido durante os dois mil anos de vida da Igreja, de modo a delinear um conjunto de doutrinas e práticas inteiramente seguras, fundadas na Sagrada Escritura e na Tradição. E é esse mesmo Magistério infalível que define a canonicidade dos livros sagrados, isto é, quais livros pertencem autenticamente ao cânon bíblico (compõem efetivamente a Bíblia) e quais os que devem ser rejeitados como apócrifos (não inspirados). Arrogando-se uma autoridade e uma infalibilidade que só a Igreja possui, Lutero excluiu da Bíblia alguns livros, justamente aqueles que contrariavam certos pontos de sua doutrina errônea.

São numerosos os exegetas e estudiosos católicos das Sagradas Escrituras que, com o aval da Igreja, analisam o texto sagrado, explicando-o e esclarecendo-lhe as dificuldades à luz da Tradição e do Magistério infalível da Igreja.

Pelo contrário, entre os protestantes — que adotam o princípio do livre exame da Sagrada Escritura, pelo qual cada fiel se sente iluminado diretamente pelo Espírito Santo, e dá a interpretação que bem lhe parece — ocorre praticamente o fenômeno “cada cabeça, uma sentença”. Isto é, as divisões doutrinárias entre eles multiplicam-se ao infinito. Assim, não é de estranhar que nem todos expressem nos mesmos termos suas objeções à Igreja Católica. Portanto, neste artigo, ao coligir e formular de forma resumida tais objeções, não pretendemos dizer que elas exprimem exatamente o pensamento de cada protestante, que, como acabamos de mostrar, é vário(*).

As objeções protestantes / A refutação católica

1 Objeção — A Bíblia diz que Jesus teve irmãos. Portanto Maria não permaneceu virgem, como dizem os católicos.



Os exegetas deixam claro: a expressão “irmãos do Senhor” nos Evangelhos não têm o significado de uma irmandade de sangue.

Resposta — Tanto no hebraico como no aramaico, a palavra “irmão” pode ter vários significados: a) os filhos do mesmo pai, podendo ser da mesma mãe ou de outra mãe (cfr. Gn 20, 5); b) e, em sentido mais largo, “irmão” designa também os parentes próximos; ou amigos; ou vizinhos; ou mesmo seguidores, o que se pode comprovar em numerosos lugares da Bíblia.

Um exemplo de parentesco está bem claro no Livro de Tobias. Aconselhado pelo Arcanjo Rafael a casar-se com Sara, filha única de Raguel e de Ana, parentes próximos de seu pai,

Tobias assim rezou a Deus: “Senhor, sabeis que não é por motivo de luxúria que recebo por mulher esta minha irmã” (Tb 8, 9).

Também Abraão disse a Lot: “Nós somos irmãos”. Ora, Abraão era filho de Tare; e Lot filho de Arão, irmão de Abraão (cfr. Gn 13, 8).

Nada mais natural, portanto, que os evangelistas se conformassem a esse linguajar judaico.

Assim, por exemplo, ao narrar a aparição de Jesus ressuscitado a Santa Maria Madalena, o Evangelho de São João descreve deste modo o final da cena: “Disse-lhe Jesus [a Maria Madalena]: Não me toques, porque ainda não subi para meu Pai; mas vai a meus irmãos, e dize-lhes: Subo para meu Pai, e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus. Foi Maria Madalena dar a nova aos discípulos: Vi o Senhor, e ele disse-me estas coisas” (Jo 20, 17-18). Nestes versículos do Evangelho, irmãos equivale evidentemente a discípulos.

Tomemos agora o Evangelho de São Mateus, que menciona os nomes dos “irmãos” de Jesus: “E indo [Jesus] para a sua pátria, ensinava nas suas sinagogas, de modo que se admiravam e diziam: Donde lhe vem esta sabedoria e estes milagres? Porventura não é este o filho do carpinteiro? Não se chama sua mãe Maria, e seus irmãos Tiago e José e Simão e Judas? E suas irmãs não vivem todas entre nós? Donde vem pois a este todas estas coisas?” (Mt 13, 54-56). Também São Marcos cita os mesmos nomes dos “irmãos” de Jesus (cfr. Mc 6,3). Nenhum dos dois evangelistas menciona os nomes das “irmãs” de Jesus.

Os exegetas procuram identificar esses “irmãos” de Jesus, e por isso saem à procura de outros textos da Sagrada Escritura ou de elementos da Tradição que possam trazer esclarecimentos.

Assim, ao falar das mulheres presentes no Calvário, São Mateus e São Marcos nomeiam especificamente: “Maria Madalena, Maria, mãe de Tiago e José, e a mãe dos filhos de Zebedeu” (Mt 27, 56); “Maria Madalena, e Maria, mãe de Tiago o Menor e de José, e Salomé” (Mc 15, 40). Ficam assim identificados dois dos “irmãos” de Jesus, Tiago o Menor e José, filhos de uma outra Maria, distinta da Mãe de Jesus. Eram, pois, parentes de Jesus. A Salomé, mencionada por São Marcos, é a mulher de Zebedeu nomeada por São Mateus, mãe de Tiago o Maior e de São João, o evangelista. Salomé ficou célebre por ter reivindicado junto a Jesus um lugar privilegiado para seus filhos no seu futuro reino (cfr. Mt 20,20-23; Mc 10,35-40). Tal reivindicação parece indicar que o parentesco lhe dava liberdade de fazer tal pedido a Jesus.

São João consigna também a presença das várias Marias durante a Crucifixão, distinguindo claramente a Mãe de Jesus das outras: “Estavam de pé junto à Cruz de Jesus sua Mãe, e a irmã [prima] de sua Mãe, Maria mulher de Cleofás, e Maria Madalena” (Jo 19, 25). Observe-se de passagem que aqui igualmente se registra o uso judeu de chamar de “irmã” de Maria uma sua parenta, pois como é universalmente admitido, Maria era filha única. Por outro lado, sabe-se que essa “Maria, mulher de Cleofás” é a mãe de Simão (cfr. Eusébio de Cesaréia, História Eclesiástica, III 2,32).

Assim, dos quatro nomes citados por São Mateus como “irmãos” de Jesus, só não foi indubiamente identificado o último, Judas, nome aliás comum naquele tempo (dois dos Apóstolos tinham esse nome: São Judas Tadeu e Judas Iscariotes, o traidor). Mas não há por que supor que esse não identificado Judas tivesse um grau de parentesco com Jesus

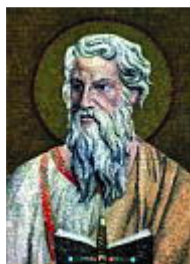
diferente dos outros três mencionados. Alguns pensam tratar-se de São Judas Tadeu, baseados em São Lucas (6, 16), mas a interpretação é incerta.

Resulta claro, portanto, que a palavra “irmãos” não corresponde a uma irmandade de sangue, mas a um parentesco — ou até a um relacionamento — mais ou menos próximo.

Aliás, que a Virgem Maria não teve outros filhos, a Bíblia o manifesta em outras passagens. Limitemo-nos a lembrar a pungente cena do Calvário: Cristo, moribundo, encomenda Maria a São João, o qual, desde então, a recebeu em sua casa (cfr. Jo 19, 26-27). Se Maria tivesse tido outros filhos, Jesus não teria por que se preocupar com o cuidado temporal de sua Mãe, pois este dever corresponderia aos demais filhos... Tanto mais quanto, muitos anos depois, São Paulo comenta que ainda vivia em Jerusalém “Tiago, o irmão do Senhor” (Gal 1,19). São Tiago o Menor, como foi lembrado acima, era parente de Nosso Senhor.

A objeção protestante fica, pois, refutada por diversas passagens da Sagrada Escritura e por alguns elementos colhidos na Tradição.

2 Objeção — Nosso único mediador junto a Deus é Jesus Cristo, como afirma peremptoriamente o apóstolo Paulo (cfr. I Tim 2, 5). Não temos necessidade de outros mediadores. Os católicos erram ao proclamarem Maria medianeira entre Deus e os homens.



Mosaico representando o Apóstolo São Paulo. Em suas encíclicas aos Romanos e aos Coríntios, ele rogou orações dos fiéis em sua intenção.

Resposta — É certo que São Paulo afirmou, em sua primeira Epístola a Timóteo (2, 5), que “há um só Deus e há um só mediador entre Deus e os homens, que é Jesus Cristo homem”. Mas esse mediador único e insubstituível não exclui que possa haver outros mediadores secundários, pois o próprio Apóstolo dos Gentios é o primeiro a pedir a intercessão de outros junto a Deus. Assim, diz ele em sua Epístola aos Romanos: “Rogo-vos, pois, irmãos, por Nosso Senhor Jesus Cristo e pela caridade do Espírito Santo, que me ajudeis com as vossas orações por mim a Deus” (Rom 15, 30). E na segunda Epístola aos Coríntios, diz que espera que Deus o livrará de futuros grandes perigos, “se nos ajudardes também vós com orações em nossa intenção” (II Cor 1, 11).

Se simples fiéis podem interceder por nós, exercendo assim o papel de mediadores nossos junto a Deus, quanto mais aqueles que praticaram as virtudes em grau heróico, como são os Santos — que os protestantes rejeitam —, e sobretudo Aquela que teve a dita de ser Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, e é, por isso, igualmente Mãe dos membros de seu Corpo Místico, que é a Igreja.

Os católicos estão pois certos em recorrer a Maria Santíssima como nossa grande Medianeira junto a seu Divino Filho. E essa mediação não é apenas possível, mas necessária, como ensinam grandes doutores da Igreja. Não se trata de uma necessidade absoluta, e sim hipotética, de acordo com a terminologia dos teólogos. Isto é, necessária porque Deus quis que assim fosse, e não porque estivesse obrigado a isso.

Explica-o com sua habitual clareza e calor apostólico São Luís Maria Grignion de Montfort, o grande doutor mariano, em seu célebre Tratado da verdadeira devoção à Santíssima Virgem (Vozes, Petrópolis, 4ª edição, 1949):

“Confesso com toda a Igreja que Maria é uma pura criatura saída das mãos do Altíssimo. Comparada, portanto, à Majestade infinita ela é menos que um átomo, é, antes, um nada, pois só Ele é ‘Aquele que é’ (cfr. Ex 3, 14) e, por conseguinte, este grande Senhor, sempre independente e bastando-se a Si mesmo, não tem nem teve jamais necessidade da Santíssima Virgem para a realização de suas vontades e a manifestação de sua glória. Basta-lhe querer para tudo fazer.

“Digo, entretanto, que, supostas as coisas como são, já que Deus quis começar e acabar suas maiores obras por meio da Santíssima Virgem, depois que a formou, é de crer que não mudará de conduta nos séculos dos séculos, pois é Deus imutável em sua conduta e em seus sentimentos” (op. cit., n^{os} 14-15).



Os protestantes rejeitam intermediários que intercedam por nós diante de Deus e, portanto, a poderosa Mediação de Nossa Senhora.

E mais adiante ele se põe a pergunta: “Nosso Senhor é nosso advogado e medianeiro de redenção junto de Deus Pai; [...] é por intermédio dele que obtemos acesso junto de Sua Majestade, em cuja presença não devemos jamais aparecer, a não ser amparados e revestidos dos méritos de Jesus Cristo.[...] Mas temos necessidade de um medianeiro junto do próprio medianeiro? [...] Digamos [...] ousadamente, com São Bernardo, que temos necessidade de um medianeiro junto do Medianeiro por excelência, e que Maria Santíssima é a única capaz de exercer esta função admirável. Por ela Jesus Cristo veio a nós, e por ela devemos ir a ele. [...] Ela não é o sol, que pela força de seus raios nos poderia deslumbrar em nossa fraqueza, mas é bela e suave como a lua (cfr. Cant 6, 9), que recebe a luz do sol e a tempera para que possamos suportá-la. É tão caridosa que a ninguém repele, que implore a sua intercessão, ainda que seja pecador; pois, como dizem os santos, nunca se ouviu dizer, desde que o mundo é mundo, que alguém que tenha recorrido à Santíssima Virgem, com confiança e perseverança, tenha sido desamparado ou repelido” (Tratado da verdadeira devoção à Santíssima Virgem, n^{os} 84-85).

Como se vê, ao exaltar a tal ponto a mediação de Nossa Senhora junto a seu Divino Filho, a doutrina da Igreja não diminui em absolutamente nada a Mediação única e insubstituível de Jesus Cristo junto ao Pai celeste.

3 *Objeção — O sacramento da Confissão é uma invenção dos católicos. Jesus nunca mandou confessar os pecados a outra pessoa. Basta professarmos nossa fé diante de Deus, e Ele cobrirá nossos pecados com os méritos infinitos de Jesus Cristo. O padre não tem nenhuma interferência nesse processo, e a confissão dos pecados é inútil.*

Resposta — Os protestantes consideram inútil o sacramento da Confissão porque têm uma idéia completamente errada da remissão dos pecados.

Eles consideram que, se Jesus Cristo já pagou, de uma vez por todas, os nossos pecados, a aplicação a nós desses méritos infinitos se dá exclusivamente por nossa adesão à Fé, mais precisamente pelo dom gratuito da fé que recebemos.

Mas, segundo eles, não há verdadeira remissão — isto é, apagamento ou limpeza de nossa alma — desses pecados. Nossa justificação perante Deus se dá apenas porque Jesus Cristo nos cobre com o manto de seus méritos. Por baixo desse manto, continuamos os pecadores de sempre, imundos por efeito de nossos pecados. Porém,



Pela doutrina católica, o pecador deve confessar as suas culpas, de modo circunstanciado, ao sacerdote.

vendo-nos Deus cobertos pelo manto de seu Divino Filho, Ele nos considera justificados, “não vê” os nossos pecados, que permanecem indelévels sob esse manto, e nos acolhe na vida eterna do Céu.

É por essa mesma razão que os protestantes não vêem necessidade do Purgatório (ver objeção nº 4): não há nada a purgar depois da morte, porque tudo já foi antecipadamente pago por Cristo.

A única condição é a demonstração de nossa fé, a qual, esta sim, não pode vacilar. Tem que ser inteiramente firme. A tal ponto que, se por causa de nossos pecados começarmos a duvidar de nossa salvação eterna, isso indica uma vacilação de nossa fé nos merecimentos de Jesus Cristo e pode pôr tudo a perder.

Neste caso, o remédio que Lutero recomendava a seus seguidores era pecar novamente, para demonstrar a confiança em Cristo. E se a dúvida persistisse — insistia ele — “peca ainda mais fortemente”, para mostrar a firmeza de sua fé em Cristo!

Como se vê, toda esta doutrina é um desvario do começo ao fim.

De acordo com a doutrina católica, o perdão de nossos pecados começa com nosso arrependimento, que de si já é um fruto da graça de Deus atuando em nós. Mas o arrependimento normalmente não basta para obtermos o perdão: é preciso nos acusarmos de nossos pecados perante o ministro de Deus — o sacerdote — e pedirmos que ele, em nome de Deus, nos perdoe. Aí sim, o padre, munido do poder — a ele dado por Cristo — de perdoar os pecados, no-los perdoa efetivamente em nome de Cristo, aplicando-nos os méritos infinitos do Filho de Deus feito homem. Então nossa alma fica realmente limpa de seus pecados e alva como a neve, diante de Deus e dos homens.

É essa limpeza de alma que explica a alegria e leveza com que tantas vezes nos levantamos do confessional, após recebermos a absolvição do sacerdote.

Em que ocasião Jesus Cristo conferiu aos seus ministros esse poder de perdoar os pecados? Foi pouco antes de subir aos Céus, quando disse aos Apóstolos: “Assim como o Pai me enviou, também eu vos envio. E tendo dito isto, soprou sobre eles, dizendo-lhes: Recebei o Espírito Santo: àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; e àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos” (Jo 20, 21-23).

Ora, para que o sacerdote exerça esse poder de perdoar, ou de reter os pecados — segundo o mandato de Cristo — é preciso que o pecador confesse ao sacerdote as suas culpas, nomeando-as circunstanciadamente, a fim de que o sacerdote as julgue, as perdoe, se for o caso, e estipule a penitência que o pecador deve cumprir.

A contrição perfeita — isto é, aquele arrependimento de nossos pecados por exclusivo amor de Deus, e não pelo temor das penas do inferno — nos obtém de imediato o perdão dos pecados. Mas permanece a obrigação de confessá-los ao sacerdote na primeira oportunidade e, em todo caso, antes de receber qualquer outro Sacramento.

4 *Objeção — Na Bíblia não está escrito que exista o Purgatório. Isso é outra invenção dos católicos.*

Resposta — A palavra Purgatório não está escrita na Bíblia, mas a realidade do Purgatório ali está consignada. E, como foi dito na introdução deste trabalho, a regra próxima da Fé é o Magistério vivo da Igreja, que nos explica a Bíblia e a Tradição.



A existência do Purgatório é um dogma definido por três Concílios Ecumênicos...

Ora, a existência do Purgatório é um dogma definido por três Concílios Ecumênicos: o II Concílio de Lião (1274), o Concílio de Florença (1438-1445) e o Concílio de Trento (1545-1563). Este último declara que “a Igreja Católica, [...] apoiada nas Sagradas Escrituras e na antiga tradição dos Padres [isto é, daqueles grandes escritores da Antigüidade cristã], [...] ensinou [...] que existe o Purgatório e que as almas ali detidas são ajudadas pelos sufrágios dos fiéis”.

Assim, na Bíblia estão os elementos suficientes para se concluir que o Purgatório existe.

Conforme o comentário do Pe. Javier de Abárzuza, OFM, sobre o segundo Livro dos Macabeus (12, 38-46), “Judas Macabeu, feita a coleta de dois mil dracmas, a enviou a Jerusalém, para oferecer sacrifícios pelo pecado dos [seus soldados] mortos, obra digna e nobre, inspirada na esperança da ressurreição; de onde se vê que Judas creu que os que tinham morrido não estavam nem no ‘seio de Abraão’ [isto é, no Limbo, como os antigos Patriarcas, à espera do Redentor que os levaria para o Céu], nem no inferno, mas em um estado em que tinham que satisfazer por faltas cometidas na vida anterior, e que podiam ser aliviados com os sacrifícios de expiação. [...] E o autor inspirado [desse livro da Bíblia] termina a narração aprovando deste modo o proceder de Judas: ‘Obra santa e piedosa é rezar pelos mortos’” (Teologia del Dogma Católico, Studium Ediciones, Madrid, 1970, nº 1451).



Entre eles, o Concílio de Trento (1545–1563).

Esta passagem do segundo Livro dos Macabeus contradiz de tal maneira a doutrina protestante que, como já se podia prever, Lutero arbitrariamente resolveu considerá-lo apócrifo, não o admitindo entre os livros canônicos da Bíblia.

Por outro lado, em São Mateus (12, 32), lemos: “Se alguém falar contra o Espírito Santo, não alcançará perdão nem neste século nem no século vindouro”. Esta formulação — “nem no século vindouro” — seria supérflua e inepta, se não se supõe que, após a morte, de algum modo é possível a remissão de pecados. Pois se há pecados que no século vindouro se perdoam, com razão se conclui a possibilidade de tal expiação post mortem. A isso a Igreja chama de Purgatório, no qual ficam confinadas as almas que têm algo a pagar por seus pecados.

Também na primeira Epístola de São Paulo aos Coríntios (3, 12-15), os exegetas vêem uma alusão ao fogo do Purgatório, no qual purgarão suas culpas os pregadores que não cumprirem direito sua missão. Como a passagem requer uma explicação teológica mais profunda, apenas a mencionamos para conhecimento dos leitores eruditos.

5 *Objeção — A Igreja, na época de Lutero, praticava o comércio dos bens espirituais, vendendo indulgências. Lutero manteve-se fiel a Jesus Cristo, separando-se dessa falsa igreja e fundando a crença protestante, denominada luteranismo.*

Resposta — É uma distorção completa da prática de concessão das indulgências apresentá-la como comércio de bens espirituais. Historicamente pode ter havido abusos nesta matéria — e ainda os há hoje em matérias correlatas — da parte destes ou daqueles pregadores católicos, com o objetivo de angariar mais facilmente as esmolas dos fiéis. E estamos cansados de ver abusos enormes, em matéria de dinheiro, também em várias seitas protestantes...



Peregrinos sobem de joelhos a Escada Santa em Roma. A Igreja, maternalmente, concede indulgências, a fim de aliviar o quanto possível as penas temporais.

Lutero, aparentando indignar-se contra esses abusos, foi mais longe e condenou a própria doutrina católica sobre as indulgências.

Segundo Lutero, somente a fé conta para a salvação. As boas obras não contam para nada, porque — como já foi explicado em resposta anterior (cfr. nº 3) — segundo a doutrina protestante somos salvos exclusivamente pelos méritos de Jesus Cristo, sem nenhuma necessidade de nossa cooperação pessoal. Daí que tanto faz praticarmos boas obras ou pecados, porque a nossa salvação já foi comprada superabundantemente pela Paixão e Morte de Jesus Cristo.

A doutrina católica apresenta diferenças essenciais em relação a essa teoria falsa. Porque, embora a nossa salvação já tenha sido comprada pelo sacrifício redentor de Jesus Cristo, é preciso que esse mérito nos seja aplicado individualmente, o que exige a nossa cooperação pessoal. Sem dúvida, essa cooperação de si também é fruto da graça que Cristo nos mereceu, porém não é sem algum mérito de nossa parte, mérito infinitamente pequeno, mas que, por disposição divina, tem de ser necessariamente associado aos méritos infinitos de Cristo.

Daí a necessidade das boas obras, como salienta São Tiago em sua epístola: “O que aproveitará, meus irmãos, se alguém diz que tem fé e não tem boas obras? Porventura poderá salvá-lo tal fé?” (Tg 2, 14).

Não é pois sem razão que Lutero se negava a aceitar a canonicidade da epístola de São Tiago — que nega tão rotundamente um ponto essencial da doutrina que ele queria pôr em voga — considerando-a um livro apócrifo, e portanto excluindo-o da Bíblia...

Por contraposição, fica fácil compreender a doutrina católica das indulgências.

O tesouro espiritual da Igreja é constituído essencialmente pelos méritos infinitos de Jesus Cristo, aos quais se somam os méritos superabundantes de Maria Santíssima e os dos demais Santos e pessoas virtuosas. É desse tesouro espiritual que a Igreja retira os méritos que nos dispensa através das indulgências, que servem para aliviar as penas temporais devidas pelos nossos pecados. Pelo sacramento da Confissão, o homem fica livre da culpa do pecado, porém não da pena temporal (castigo) a ele devida (a pena eterna correspondente ao pecado mortal nos é remitida pelo sacramento da Confissão). A penitência imposta pelo sacerdote na Confissão satisfaz tão-só parcialmente as penas temporais merecidas pelos nossos pecados. Por isso devemos recorrer às boas obras, às penitências e às indulgências, a fim de aliviarmos quanto possível essas penas temporais. O que sobrar, será pago no Purgatório.

Coerentes com seus princípios falsos, os protestantes negam a necessidade das boas obras, das indulgências e do Purgatório!



Martinho Lutero.
Coerentes com seus falsos princípios, os protestantes negam a necessidade das boas obras, das indulgências e do Purgatório.

Cabe dizer uma rápida palavra sobre a pretensa fidelidade de Lutero a Jesus Cristo. A história de sua vida registra as blasfêmias horríveis que ele lançou contra Deus, contra Nosso Senhor Jesus Cristo, o Santíssimo Sacramento e a Virgem Maria. De Deus, diz ele de modo blasfemo: “Certamente Deus é grande e poderoso, bom e misericordioso [...] mas é estúpido” (Propos de table, nº 963, ed. de Weimar I, 487, apud Frantz Funck-Brentano, Luther, Grasset, Paris, 1934, 4a tiragem, p. 231). Deus — dizia ele — “é um tirano. Moisés agia movido por sua vontade, como seu lugar-tenente, como carrasco que ninguém superou, nem mesmo igualou em assustar, aterrorizar e martirizar o pobre mundo” (Propos de table, nº 2115 B, apud op. cit., p. 231).

A respeito de Nosso Senhor Jesus Cristo, o heresiarca não poupou infames blasfêmias. Transcrevemo-las a contragosto, só pela necessidade de esclarecer os leitores: “Cristo cometeu adultério pela primeira vez com a mulher da fonte, de que nos fala João. Não se murmurava em torno dele: ‘O que fez, então, com ela?’ Depois com Madalena, em seguida com a mulher adúltera, que ele absolveu tão levemente. Assim Cristo, tão piedoso, também teve que fornicar, antes de morrer” (Propos de table, nº 1472, ed. de Weimar II, 107, apud op. cit., p. 236).

Para terminar, uma citação sobre o que Lutero pensava que se devia fazer com o Papa. Falava Lutero da guerra que os protestantes moviam contra os católicos. E exclamou: “Punimos os ladrões à espada. Por que não havemos de agarrar o papa, cardeais e toda a gangue da Sodoma romana e lavar as mãos no seu sangue?” (op. cit., p. 104).

Tal a doutrina, tal o homem que a concebeu!

6 Objeção — Os católicos consideram o Papa como autoridade suprema na Igreja, alegando o primado de Pedro. Mas isto não tem base suficiente nas Escrituras.



“Tu és Pedro, e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Mt 16, 18).

Resposta — A preeminência de São Pedro no Colégio apostólico não é um fato isolado no Evangelho. Com efeito, o Príncipe dos Apóstolos é citado 171 vezes no Novo Testamento, seguido de São João, que o é apenas 46 vezes. E invariavelmente os Evangelistas, quando fazem a enumeração dos Apóstolos, citam em primeiro lugar São Pedro. Mesmo em circunstâncias das mais solenes da vida de Nosso Senhor, como na ressurreição da filha de Jairo, em sua transfiguração no Tabor e em sua agonia no Horto das Oliveiras: três Apóstolos foram testemunhas desses fatos, mas São Pedro é citado sempre em primeiro lugar (cfr. Mc 5, 37; 9, 2; 14, 33).

E há vezes em que São Pedro é citado para encabeçar a menção ao conjunto dos Apóstolos: “Simão e os que estavam com ele...” (Mc 1, 36).

As passagens em que Nosso Senhor indica a supremacia de Pedro sobre os demais Apóstolos são bem conhecidas:

No primeiro encontro do pescador da Galiléia com Nosso Senhor, disse-lhe Jesus: “Tu és Simão, filho de Jonas; serás chamado Cefas (que quer dizer Pedro)” (Jo 1, 42).



Confiando a São Pedro a missão de Pastor, Nosso Senhor o constituiu seu representante visível na Terra.

Logo depois que São Pedro exprimiu sua fé na divindade de Jesus Cristo, disse-lhe o Divino Mestre: “Feliz és tu, Simão, filho de Jonas, porque não foi a carne nem o sangue quem te revelou isto, mas meu Pai que está nos céus. E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta Pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos Céus: tudo o que ligares na terra, será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra, será desligado nos céus” (Mt 16, 17-19). A afirmação do primado de São Pedro e do poder das chaves a ele conferido não podia ser mais clara.

Em outra ocasião, confirmou o Divino Mestre a missão de Pedro: “Simão, Simão, eis que satanás te procurou para te jocular como trigo, mas Eu roguei por ti, a fim de que tua fé não desfaleça; e tu, uma vez convertido, confirma os teus irmãos” (Lc 22, 31-32).

Isto vem praticamente repetido nas últimas recomendações que Nosso Senhor fez aos Apóstolos antes da Ascensão: “Jesus perguntou a Simão Pedro: Simão, filho de João, amas-me mais do que estes? Respondeu ele: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros. Perguntou-lhe outra vez: Simão, filho de João, amas-me? Respondeu-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros. Perguntou-lhe terceira vez: Simão, filho de João, amas-me? Pedro entristeceu-se porque lhe perguntou pela terceira vez: Amas-me?, e respondeu-lhe: Senhor, sabes tudo, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta minhas ovelhas” (Jo 21, 15-17).

Ora, conforme o uso corrente das línguas orientais, a palavra apascentar significa governar. Apascentar os cordeiros e as ovelhas é, portanto, governar com autoridade soberana a Igreja de Cristo; é ser o chefe supremo; é ter o primado. Além disso, a imagem de pastor designa, na Sagrada Escritura, o Messias e sua obra (cf. Mq 2,13; 4,6s; Sf 3,18s, Jr 23,3; 31,19; Is 30,11; 49,9s). Confiando a São Pedro a missão de pastor, Nosso Senhor o constituiu seu representante visível na terra.

Depois da Ascensão, a primazia de jurisdição de Pedro sobre os outros manifestou-se claramente quando ele: 1) Preside e dirige a escolha de Matias para o lugar de Judas (At 1, 15-25); 2) É o primeiro a anunciar o Evangelho no dia de Pentecostes (At 2, 14 ss.); 3) Testemunha, diante do Sinédrio, a mensagem de Cristo (At 4, 5 ss.); 4) Acolhe na Igreja o primeiro pagão (At 10,1 ss.); 5) Fala em primeiro lugar no Concílio dos Apóstolos, em Jerusalém, e decide sobre a questão da circuncisão: “Então toda a assembléia silenciou” (At 15, 7-12).

Como Sucessor de Pedro, o Papa exerce na Igreja as funções de Pastor Supremo. Como poderia Jesus Cristo fundar sua Igreja — Una, Santa, Católica e Apostólica — sem prover à sua continuidade através dos tempos com base numa autoridade universal e única?

7 Objeção — Para que essa verdadeira violência contra a natureza, que é o celibato eclesiástico? Não há nenhum fundamento na Bíblia para tal imposição tirânica, fruto de cérebros paranóicos. Não é de espantar esse festival de escândalos que vemos ocorrer no clero católico. Afrontaram a natureza: como consequência, surgiram os escândalos...



Jesus Cristo apresentou o celibato como um estado mais perfeito e mais apto a merecer o Reino dos Céus.

Resposta — Bem ao contrário de ser uma violência e uma afronta contra a natureza humana, a castidade perpétua é preconizada pelo próprio Jesus Cristo como sendo um estado de maior perfeição humana e espiritual. Com efeito, após haver proclamado a indissolubilidade do matrimônio, apresentou Ele a continência como um estado mais perfeito e mais apto a merecer o Reino dos Céus.

Assim, lê-se no evangelho de São Mateus: “Seus discípulos disseram-lhe: Se tal é a condição do homem a respeito da mulher, é melhor não se casar! Respondeu-lhes Ele: Nem todos compreendem estas palavras, mas somente aqueles a quem foi dado. Porque há eunucos que assim nasceram do ventre de suas mães; e há eunucos a quem os homens fizeram tais; e há eunucos que a si mesmos se fizeram eunucos por amor do Reino dos Céus. Quem puder compreender, compreenda” (Mt 19, 10-12).

Cabe aqui uma rápida explicitação do final desse texto: “e há eunucos que a si mesmos se fizeram eunucos por amor do Reino dos Céus”. Tais eunucos, evidentemente, são os sacerdotes e os religiosos que, por um chamado especial de Deus, levam uma vida consagrada, mantendo o celibato.

O admirável equilíbrio da doutrina católica nessa matéria encontra-se formulado já por São Paulo, na primeira Epístola aos Coríntios: “Isto digo como concessão, e não como ordem. Pois quereria que todos fossem como eu [celibatário]; mas cada um tem de Deus um dom particular, uns este, outros aquele. Aos solteiros e às viúvas digo que lhes é bom se permanecerem assim, como eu. Mas, se não podem guardar a continência, casem-se. Porque é melhor casar do que abraçar-se” (I Cor 7, 6-9).

E continua dizendo: “Estás ligado a uma mulher? Não procures desligar-te. Estás desligado de mulher? Não procures mulher. Mas, se quiseres casar, não pecarás; e se uma virgem casar, não peca. Todavia, padecerão a tribulação da carne; e eu quisera poupar-vos” (I Cor 7, 27-28).

Quanto aos escândalos morais que têm sido noticiados ultimamente entre membros do clero de diversos países, a verdadeira causa deles de nenhum modo é o celibato — estado, como vimos, mais perfeito, recomendado por Nosso Senhor.

A causa mais profunda desses escândalos está no desfalecimento da fé, e mesmo perda da fé, de muitos membros do clero, que em conseqüência caíram no relaxamento espiritual e no permissivismo moral.

É conveniente lembrar que entre os pagãos da Antigüidade não tinha vigência o celibato. No entanto, o vício da homossexualidade alastrou-se escandalosamente, entre homens e mulheres...

Qual foi a causa desse alastramento? São Paulo no-lo diz na Epístola aos Romanos: porque eles recusaram-se a conhecer o verdadeiro Deus e adoraram ídolos (cfr. Rom 1, 23).

Devido a esse gravíssimo pecado de idolatria, “Deus os entregou a paixões vergonhosas: as suas mulheres mudaram as relações naturais em relações contra a natureza. Do mesmo modo também os homens, deixando o uso natural da mulher,

arderam em desejos uns para com os outros, cometendo homens com homens a torpeza, e recebendo em seus corpos a paga devida ao seu desvario” (Rom. 1, 27).

Os ídolos que são adorados em nossos dias são os ídolos do mundo moderno: o secularismo (o ateísmo de toda a vida social e política), a luxúria e toda essa pasmosa decadência de costumes, que afastam nossos contemporâneos de Deus, num processo multissecular que bem descreveu o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira em sua obra máxima, *Revolução e Contra-Revolução*.

Quando os homens e as nações voltarem ao regaço materno da Santa Igreja, e Nosso Senhor Jesus Cristo e sua Mãe Santíssima reinarem na sociedade, o celibato eclesiástico deixará de ser um espantalho e será encarado com a tranqüila naturalidade de quem vive numa sociedade sacralizada, sem as excitações e devassidões do mundo moderno.

(Extraído da Revista *Catolicismo*, fevereiro de 2004)

* Como foi salientado de início, apresentamos nesta matéria apenas respostas a algumas das objeções mais comuns de protestantes contra a Igreja Católica. Não abarcam elas a doutrina protestante em sua totalidade, nem seria possível fazê-lo num simples artigo.